

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PEDAGOGO SOCIAL EM MEIO A
PANDEMIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO PÓS GRADUAÇÃO QUESTÃO SOCIAL NA
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

PEDAGOGO SOCIAL EM MEIO A PANDEMIA
Andréia Polita

Pontal do Paraná-PR

2021

Andréia Polita

PEDAGOGO SOCIAL EM MEIO A PANDEMIA

Projeto/Relato de experiência de apresentado na Universidade Federal do Paraná-setor Litoral como requisito para a conclusão do curso de pós-graduação Questão Social Interdisciplinar.
Orientador/Mediador: Rodrigo Mengarelli

Pontal do Paraná-PR

2021

Resumo

Este trabalho é um relato de experiência alusivo à minha conduta no trabalho da Unidade de Acolhimento Aníbal Roque, em especial como pedagoga que faz parte dessa Unidade, que se localizada no bairro Nilson Neves em Paranaguá – PR. O relato foi realizado em um contexto em que os funcionários foram surpreendidos com a Pandemia Covid-19 e, sem experiência em situações pandêmicas, trataram de realizar os procedimentos que foram determinados pelas chefias. No entanto, houve problemas inerentes ao ineditismo conjuntural e que exigiram novas práticas e reflexões. Como pedagoga estive inserida nestas adversidades, onde trabalhei com crianças e adolescentes da melhor forma possível, tentando não ceder aos sofrimentos dessa pandemia, quando muitas pessoas do nosso convívio próximo acabaram falecendo. Dessa maneira, venho neste estudo apontar como foi feito o meu trabalho em relação a todos os servidores que estão nessa Unidade de Acolhimento e em especial os acolhidos da Instituição Aníbal Roque em meio a essa Pandemia Covid-19, relacionando os educandos com as escolas em que estão inseridos de forma a realizar as atividades pertinentes as crianças e adolescentes.

Palavra-chave: Pedagoga, Pandemia Covid-19, Crianças e adolescentes.

Abstract

This work is an experience report alluding to my conduct in the work of the Aníbal Roque Shelter Unit, especially as a pedagogue who is part of this Unit, which is located in the Nilson Neves neighborhood in Paranaguá -PR. The report has been carried out in a context where the employees have been surprised by the Covid-19 Pandemic and, without experience with pandemic situations, they tried to carry out the procedures that has been determined by their superiors. However, there were problems inherent to the conjunctural novelty that demanded new practices and reflections. As a pedagogue, I was introduced in these adversities, where I have done a work with children and adolescents in the best possible way, trying not giving in to the sufferings of this pandemic, when many people from our close relationship ended up dying. In this way, I come in this study to point out how my work was done in relation to all the servers that are in this Reception Unit and especially those welcomed by the Aníbal Roque Institution in the midst of this Covid-19 Pandemic, relating the students with the schools in that are inserted in order to carry out activities relevant to children and adolescents.

Keyword: Pedagogue, Pandemic Covid-19, children and adolescents.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	7
2- JUSTIFICATIVA	10
3- OBJETIVOS	11
3.1 Geral.....	11
3.2 Específicos.....	11
4- Metodologia da pesquisa	12
5- Relato de experiência	13
5.1- Vidas que me mudaram e vidas que mudei.....	26
5.2- Algumas reflexões finais sobre a minha experiência.....	30
6- Referências bibliográficas	32

INTRODUÇÃO

“Temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

Boaventura de Souza Santos.

O Pedagogo Social é um profissional que se destina a inserir a prática da educação, em espaços que não são escolares, como em projetos de responsabilidade social nas instituições públicas ou privadas, através de atividades de alfabetização de adultos, centros comunitários, mediante a qualificação e capacitação profissional, presídios, por meio de oficinas pedagógicas, bem como em hospitais, asilos ou na assistência social à pessoas em situação de risco e abandono.

As situações das unidades de acolhimento institucional já não eram fáceis, pioraram com a chegada da pandemia COVID-19, causando ainda mais preocupações. A melhor maneira de evitar o contágio é manter o distanciamento social e a higienização das mãos em todo momento, porém não é tão fácil quando se vive em um abrigo com mais de 10 crianças e adolescentes.

A saúde mental das crianças e dos adolescentes em acolhimento merecem atenção em meio ao momento único em que o mundo está vivendo. Nesta situação me vi impelida a fazer este relato de experiência, para poder mostrar como apresenta-se esta unidade de acolhimento Aníbal Roque em meio a pandemia COVID-19.

O Suas é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente por órgão e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta, ou ainda indiretamente, por meio de convênios celebrados com organizações sem fins lucrativos. O sistema faz parte da nova Política Nacional de Assistência Social, que visa proporcionar às famílias em vulnerabilidade social e pessoal garantias de maior acesso aos programas sociais. Fazem parte do Suas as organizações específicas de assistência social (definidas nos termos da Resolução 191 do CNAS) devidamente inscritas nos Conselhos de Assistência Social (nos âmbitos estadual, municipal, do Distrito Federal ou ainda federal). Também integram o sistema as entidades sem fins lucrativos, ainda que não específicas de assistência social

(como as de educação e saúde) e, principalmente, aquelas que possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas). As entidades pertencentes ao Suas deverão, portanto, adotar as normas de regulação referentes à Política Nacional de Assistência Social. (SUAS, 2021)

Serviços de acolhimento a crianças e adolescentes São serviços que acolhem Crianças e Adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

O afastamento da criança ou do adolescente da família deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. O objetivo é viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (por meio de adoção, guarda ou tutela).

O serviço deve estar voltado para a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes. O atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, para a guarda de objetos pessoais e registros, relacionados à história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente.

O Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes pode ser ofertado nas seguintes unidades:

- **Abrigo:** Acolhimento provisório com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.

- **Casa-Lar:** Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, com capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes por unidade, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

Acolhimento em Família Acolhedora é o serviço que organiza o acolhimento de crianças ou adolescentes, em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Para fazer parte do serviço, as famílias devem passar por um processo de seleção, capacitação e acompanhamento. O serviço proporciona o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária. Em cada Família Acolhedora são recebidas uma criança ou adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.(SEDS, 2021)

ESTEREÓTIPOS INFANTIS Por que os adultos costumam ter tanta dificuldade para aceitar a participação das crianças? Muitos têm concepções tradicionais sobre a infância e a veem como um período de proteção e inocência ou consideram a criança um adulto em miniatura, que precisa de uma dura disciplina para aprender a cuidar de si mesmo e garantir sua sobrevivência. Ainda resiste a ideia de que a criança deve ser moldada de acordo com os adultos para que se transforme em elemento útil para a sociedade.

Os adultos creem que o estágio final a ser atingido é a vida adulta. Só que, na verdade, todos nós estamos em constante “vir-a-ser”, ou seja, em

constante transformação e crescimento. As concepções sobre a infância são histórica e socialmente construídas, o que significa que elas mudam com o passar do tempo e com o contexto. Mesmo dentro da mesma sociedade, podemos encontrar diferentes maneiras para descrever essa fase da vida.

A maneira como enxergamos essa fase tem impacto em como os adultos respondem às crianças. Assim, se, para o adulto, a criança está sempre no papel passivo em relação ao próprio processo de desenvolvimento, é difícil compreender que a ela possa emitir opiniões e fazer escolhas sobre as questões que afetam sua vida e que têm um papel ativo na determinação de seu próprio desenvolvimento. (Adaptado de Primeira infância, 2007 – Participação infantil – ProMundo)

JUSTIFICATIVA

“A maturidade das crianças é um fato biológico, mas a forma como ela é compreendida e lhe atribuem significados é um fato da cultura” (James e Prout, 1997).

O fato de existirem crianças que foram retiradas judicialmente da família ou simplesmente abandonadas por parte dos pais, já é algo preocupante socialmente. Diante de uma visão mais prática, percebe-se a necessidade de incluir na vida dessas crianças pessoas que possam contribuir no processo de desenvolvimento social. O Pedagogo Social é um desses profissionais que auxilia as crianças na parte pedagógica, realizando sua inserção no campo educativo e também no social. Por estarem morando em abrigos e sabendo que cada criança tem sua individualidade, cabe ao Pedagogo da instituição articular meios da criança se sentir em casa, mais acolhida e segura.

Nesta perspectiva e levando em conta o ineditismo da atual conjuntura pandêmica, este trabalho reflexivo se justifica na busca de um maior entendimento da complexidade envolvida na prática do pedagogo social, assim como na busca por melhores estratégias de atuação destes profissionais no seu contexto.

OBJETIVOS

3.1 - GERAL

- Refletir sobre o cotidiano profissional do Pedagogo Social em uma unidade de acolhimento, evidenciando os desafios gerados pela pandemia de COVID-19 para a sua atuação.

3.2 - ESPECÍFICOS

- Descrever a experiência de trabalhar em uma unidade de acolhimento;
- Traçar um panorama geral de como a pandemia atingiu as crianças, os adolescentes acolhidos e os trabalhadores dos serviços de acolhimento;
- Observar a dinâmica do pedagogo para as crianças e adolescentes na atual conjuntura;
- Registrar o trabalho realizado com as crianças e adolescentes na Unidade de Acolhimento;
- Identificar os efeitos da pandemia de COVID-19 na prática profissional do Pedagogo Social;
- Analisar as práticas incorporando autores em relação as ideias utilizadas pelos mesmos.

METODOLOGIA

Na perspectiva metodológica do Relato de Experiência, baseada no livro do escritor Antônio Chizzotti, Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais que diz que

...todo pesquisador sabe quantas emoções subjazem nas questões teóricas durante o tempo dedicado a cada paragrafo do texto, ao esforço físico necessário para manter a decisão de prosseguir na busca de informações, ao isolamento voluntario para desenvolver reflexões amadurecidas.(CHIZZOTI, 2006)

Para a realização dessa pesquisa foi necessária a investigação sobre a trajetória das crianças e dos adolescentes que foram abrigados e que me surpreenderam pela história de cada um deles. A partir dai eu pude relatar sua vivência e iniciar meu trabalho em relação ao Pedagogo Social e a pandemia.

Em 2020, houve um novo contexto mundial causado pelo início da pandemia, que levou ao isolamento social e o fechamento das escolas que sobrecarregou meu trabalho, levando assim um acumulo de atividades, como por exemplo as atividades online.

Nesse momento analisei os problemas das Unidades e resolvi fazer esse relato, iniciando com a história dos abrigados e a relação entre eles e a pandemia.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ingressei na prefeitura de Paranaguá-PR, em agosto de 2017. Quando entrei na prefeitura, fui lotada na Escola Municipal Arminda de Souza Pereira. Lá eu atuava como pedagoga coordenadora de uma escola grande, onde havia em torno de 750 crianças. Trabalhava com os professores, avisava sobre os alunos, dando recados, com os pais dos alunos, verificava os livros de registro de classe dentre outras funções. Fiquei um ano nessa escola.

Em agosto de 2018 me chamaram para a assistência social, onde eu estaria nos equipamentos CREAS como pedagoga do Medidas Socioeducativas, onde eu trabalhava com as escolas dos adolescentes que estavam em liberdade assistida ou em prestação de serviços à comunidade. No caso eu os matriculava e acompanhava o desenvolvimento dos mesmos.

Medidas Socioeducativas são as respostas que o Estado dá ao adolescente que pratica ato infracional, entendido como crime ou contravenção penal pela legislação brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente define que adolescente é toda pessoa com idade entre 12 e 18 anos e nessa faixa etária o jovem que comete um ato infracional análogo a crime ou contravenção pode estar sujeito a medidas socioeducativas. Em alguns casos, as medidas socioeducativas podem ser aplicadas até o limite de 21 anos. Isso acontece em situações excepcionais quando um adolescente perto dos 18 anos comete um ato infracional. Quem determina a aplicação de uma medida socioeducativa é o juiz da vara de infância e juventude. Somente o magistrado é quem tem competência para aplicar e acompanhar a execução da medida socioeducativa. Isso porque nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Para determinar a medida, o juiz avalia, principalmente, o fato em que o adolescente se envolveu, analisando, também, a capacidade do adolescente em se submeter a determinada medida socioeducativa. O magistrado determina qual medida socioeducativa é a mais adequada conforme o ato infracional praticado e se há ou não reincidência e, para isso, são consideradas as circunstâncias em que o fato aconteceu e a participação do adolescente no ato infracional. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece seis medidas socioeducativas: Advertência – o juiz chama a atenção do adolescente que praticou ato infracional para que não repita o comportamento. Reparação de dano – o juiz decide que o adolescente que praticou contravenção ou crime deve reparar o dano. Exemplo: reparar o dano provocado por pichações. Prestação de serviço à comunidade – o juiz decide que o adolescente que praticou ato infracional preste serviço à comunidade por determinado período como forma de reparar o dano causado. Medida aplicada por período não excedente a seis meses junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres. Liberdade assistida – o juiz decide

que o ato infracional praticado pelo adolescente demanda que o Estado preste atenção maior àquele jovem. Nesses casos, um agente do Estado é destacado para procurar a família do adolescente ou ir à escola para verificar se há alguma demanda que o Estado precisa prover em relação ao jovem. Medida aplicada em situações em que o adolescente está, por exemplo, envolvido com drogadição. Nessa medida socioeducativa a ideia é que durante um período mínimo de seis meses o adolescente fique sendo acompanhado por assistentes sociais. Semiliberdade – Regime pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas. Nessa medida, a proposta é que o adolescente que cometeu um ato infracional passe a semana em instituição com a restrição de liberdade, com saída para atividades de estudo ou trabalho, sendo liberado nos fins semanas para convívio com a família. Internação em estabelecimento educacional – Medida privativa de liberdade, com prazo determinado e que não exceda três anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses. Somente pode ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves, por descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta. (CNJ, 2021)

Nesse período também fiz parte dos equipamentos das Unidades de Acolhimento que são serviços que acolhem crianças e adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial em decorrência a violação dos direitos (abandono, violência, negligência) ou pela impossibilidade momentânea de cuidado e proteção por sua família.

O afastamento da criança ou adolescente da família deve ser sempre uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco a sua integridade física e/ou psíquica e acompanhada pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. O serviço é voltado pela preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias da criança e do adolescente e tem por objetivo viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta por meio de adoção, guarda ou tutela. (SEDS, 2022)

Nessa instituição eu sou responsável pela escola das crianças e adolescentes, as matriculo, vejo seu desempenho e desenvolvimento, visito as escolas, vou as reuniões, verifico seus boletins, faço relatórios para o poder judiciário, dentre outras atribuições do meu cargo.

Então após esse ano, colocaram-me apenas no Medida Socioeducativa, passei então todo o ano de 2019 nesse equipamento, o que foi complicado, pois eu não gostava muito do Medidas socioeducativas e da sua coordenação. Na

liberdade assistida, eram realizadas atividades físicas, atividades de ressocialização, onde os adolescentes infratores participavam de rodas de conversa, fortalecimento de vínculos, onde os mesmos eram desafiados a perceberem onde erraram e como iriam reconstruir a sua vida de forma correta, entre outras atividades. Sinceramente eu não me sentia muito à vontade em relação aos adolescentes, eles estavam ali apenas para cumprir medidas, não estavam afim de conversa. Isso me deixava muito insegura, como se nada do que eu me dispunha a trabalhar fosse interessante. Então, por essa situação, causei problemas com a coordenação, que não gostou muito da minha atitude de não querer mais fazer parte dos grupos de liberdade assistida, tendo que participar dos grupos apenas a assistente social, a psicóloga e a educadora. Pedi então que me enviassem para outro equipamento, que demorou quase um ano.

Já em 2020, pediram para que eu voltasse as Unidades de Acolhimento. Fiquei, então, nas duas Instituições. Pela manhã eu ficava com a Unidade de Acolhimento dos meninos (Lar Renascer) e a tarde na Unidade de Acolhimento das meninas (Lar Aníbal Roque). Me senti então mais tranquila e contente, apesar de querer estar na escola, pois desde os meus 18 anos trabalhei como professora e estou muito acostumada com as crianças. Mesmo estando como pedagoga, me sentiria bem mais à vontade, pois no medidas socioeducativas eu trabalhava com infratores, com os delitos de formas variadas, desde o que furtou pequenas coisas ou até mesmo o que assassinou uma ou mais pessoas, já nas unidades de acolhimento tem tipos de crianças e adolescentes variados, crianças que foram abandonadas pelos pais, que sofreram negligencia e até mesmo estupro.

No ano de 2020, em março, veio a se falar do corona vírus. No início estava apenas no exterior, não haviam casos no Brasil, porém nos deixou apreensivos, pois chegaria aqui muito rápido, por conta de Paranaguá ser uma cidade portuária. Desde o começo o então Prefeito Marcelo Roque pediu que ficássemos em casa, apenas quem morasse em cidades vizinhas, quem possuísse comorbidade, fosse idoso, tivesse doenças respiratórias ou algo parecido não poderia ir trabalhar. No momento acreditava-se que a pandemia fosse durar somente algumas semanas ou alguns meses.

No meu caso, até levei três garotas para minha casa. Uma delas se mutilava, fazendo assim vários cortes em seu corpo, tinha 13 anos de idade, e logo voltou para o abrigo. Infelizmente eu não poderia tomar conta dela nesse caso, pois se a garota acabasse se cortando profundamente me traria vários problemas, então quando ela se mutilou na primeira vez a trouxe de volta ao lar. Essa menina estava no lar pois morava com seus avós, e seu avô abusou sexualmente dela quando era criança. A partir daí ela voltou com a mãe, porém a mãe não tinha afinidade com a menina e também não a queria, então ela foi para o Lar. Procuramos família extensa, encontramos uma tia e ela foi morar com a tia dela. A tia também devolveu a menina, pois o marido da mesma tentou abusar da adolescente, então ela foi destituída e procuramos uma família que a adotasse. Ela foi adotada e os pais também a devolveram, até que adicionamos o perfil dela no aplicativo A.DOTE e encontramos uma família que morava em São Paulo, ela está com essa família desde o final de 2020.

A segunda menina tinha 12 anos, ela estava no Lar pois namorava um rapaz de 32 anos, com a permissão da mãe, essa mãe era uma garota de programa e o namorado da menina pagava tudo em sua casa, contas de água, luz, telefone, internet, mercado, etc. Por isso a mãe não se importava com o rapaz namorar com sua filha de 12 anos, que era uma criança. Quando a escola a denunciou o conselho foi até sua residência, a menina fez o namorado sair pelos fundos, atrapalhando a prisão do mesmo, e a garota veio para o Lar. Ficou muito pouco tempo, em torno de uns seis meses, pois encontramos uma família extensa, a tia, que ficou com a menina.

A terceira era um bebê que tinha 2 anos, a criança era surda. Essa menina foi tirada de sua mãe por denúncia do hospital regional. A criança estava com sintomas de dengue, porém a mãe se recusou a ficar com ela no hospital e foi para casa levando a criança. Dessa forma, o conselho tutelar foi até a sua residência, pegou a menina e a trouxe para o Lar. Quando a criança chegou no abrigo, tinha muito piolho, tanto que após o banho, víamos os piolhos andando nos nossos braços. Tinha feridas nas pernas e na cabeça, a mãe da menina era soropositivo, as educadoras tinham certo receio de cuidar da criança por conta disso, acreditando que a menina poderia ser soropositivo como sua mãe. Após o teste dar negativo ficaram mais tranquilas. A criança não respondia quando era

chamada, então fizemos um teste, a guarda soou o apito atrás da criança, perceberam que ela não notou o barulho então verificamos que a criança tinha problemas na audição. Então se iniciaram todos os procedimentos para agendarmos consultas para o hospital pequeno príncipe de Curitiba para que a criança tivesse um implante coclear. Porém logo após começou a pandemia Covid-19, e as consultas foram adiadas devido a isso, até que a menina foi destituída e adotada por uma guarda que trabalhava na unidade. Hoje a criança já colocou o implante coclear, escuta bem, e está muito feliz.

Fiquei em casa durante dois meses. Nas duas primeiras semanas fiquei com as três meninas, então a educadora social Nair quis ficar com o bebê, então fiquei com as duas adolescentes, após o bebê ir para a casa da dona Nair, a adolescente que se mutilava começou a se cortar, fiquei muito chateada com ela, pois a mesma prometeu que não faria isso na minha casa, então tive que leva-la para o Lar novamente em uma semana após a ida do bebê. A adolescente mais nova com 12 anos ficou em minha casa por mais duas semanas, tranquila, apesar de querer ir embora dizendo que sentia falta do tal namorado de 32 anos, pelo qual ela ficou na instituição, após duas semanas encontraram os tios dela, então a mesma voltou para o lar para o acompanhamento da família extensa.

Fiquei mais umas duas semanas em casa, então voltei a trabalhar nas duas unidades de acolhimento. Fiquei pela manhã no Lar Renascer ajudando os meninos a realizarem suas atividades impressas. Observando os mesmos assistirem as aulas no televisor e ajudando e dando aula para os menores que os professores enviavam via WhatsApp. pela tarde na Unidade Aníbal Roque, realizando os mesmos trabalhos com as meninas, ajudando-as a fazerem suas atividades. Como o televisor do Aníbal Roque não tinha os canais das aulas as adolescentes assistiam as aulas online no computador, e eu as auxiliava nos exercícios que eram enviados pelos professores, já com as crianças da educação infantil e do 1º ao 5º ano, eu fazia com elas os trabalhos escolares remotos que os professores postavam no WhatsApp. Havia tarefas fáceis e outras um pouco mais difíceis e complicadas, mas era muito tranquilo. Como eu trabalhei como professora por dezesseis anos eu já estava acostumada. Eram muito mais complicadas as atividades com os adolescentes, pois a minha

formação e a minha experiência sempre foi com as crianças. Fui aos poucos me adaptando e consegui realizar em conjunto com os educadores e com os professores as atividades, pois sempre tem alguém que gosta mais de uma certa disciplina que de outra, e geralmente entende melhor de tal. Quando eu tinha alguma dúvida sempre procurava os educadores, ou o professor da matéria que o aluno estava com problema e que eu não sabia. Já nas aulas de educação física eu repassava as atividades para o educador Cezar, ele gostava muito dessa área de conhecimento e como ele era formado nessa disciplina então para ele era muito mais fácil.

O desafio a que todos estiveram submetidos nesse momento exigiu ações planejadas e efetivas. Como por exemplo todos tínhamos que minimizar o contato com todos os moradores da Casa Lar, raramente podíamos dividir utensílios de uso pessoal, higiene constante do ambiente e das mãos e coisas básicas que nem sempre são possíveis nas urgências Institucionais. O processo de reorganização dos serviços direcionados as crianças e adolescentes, afim de apoiar o distanciamento e diminuir os riscos de transmissão, foi vivido e realizado por mim e por todos os profissionais das instituições em que eu trabalhava de acordo com a nossa realidade e principalmente de acordo com a solicitação da Assistência Social do nosso Município.

Esse ano foi muito atípico para todos, e para os que estavam no abrigo foi muito complicado. As crianças e adolescentes tiveram seus passeios cortados, não saíram da unidade para nada, ainda hoje temos dificuldades para leva-los em alguns lugares, os quais eles estavam acostumados, como no aereo parque, na praia, aquário e em vários outros locais.

A máscara virou um certo tipo de uniforme nas Unidades, todos já estávamos bem acostumados em relação a isso, alguns educadores pegaram o COVID 19, e ficaram em casa em quarentena, os demais iam se deslocando de seus plantões para que a casa pudesse continuar fazendo seu trabalho.

Temos dezenove funcionários, sendo um Coordenador, uma Psicóloga, uma Assistente Social, uma Pedagoga, um Assessor de Controle de Fluxo, oito Educadores Sociais e seis Serviços Gerais. As crianças e adolescentes são variáveis, já tivemos mais de vinte crianças, como também já tivemos dois.

As crianças e os adolescentes que dependem dos projetos sociais para atender as suas necessidades básicas, muitas vezes não se encontram em boas condições de saúde e podem ser mais vulneráveis ao vírus Covid-19, além disso elas podem também estar mais vulneráveis ao abuso sexual, a violência doméstica, negligência, entre outros problemas.

É um trabalho muito árduo e emocionante, pois você sempre pega carinho pelas crianças, mesmo sabendo que ali é um Lar temporário, a criança sempre volta para a família ou então ela irá para uma família acolhedora ou até mesmo será destituída e adotada e isso na maioria dos casos em muito pouco tempo, muitas das vezes é triste e feliz ao mesmo instante, pois a criança irá para um lugar melhor, ou até mesmo retornará para sua família, porém de certa forma a gente sabe que foi feito o melhor para cada criança e adolescente naquele determinado tempo em que eles ficaram conosco, eles tinham necessidade daquele carinho que proporcionamos, daquele afeto que teve por aquele momento.

Quanto ao retorno à família de origem (natural ou extensa) é devidamente trabalhado pela rede Intersetorial, que são a Educação, a Assistência Social, o Conselho Tutelar, a Segurança Pública, o Ministério Público e a Saúde, não for possível, avalia-se a possibilidade de um convívio familiar alternativo, com a inserção da criança ou adolescente em família adotiva.

“De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção é medida excepcional e irrevogável, a qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. A adoção é, assim, indicada para as crianças e adolescentes que não têm família ou, tem famílias que foram judicialmente destituídas do poder/dever familiar mediante o devido processo legal e de acordo com a inserção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento para a possível vinculação com os pretendentes à adoção cadastrados. Desse modo, toda adoção legal pressupõe a destituição do poder familiar em processo judicial contencioso, garantindo à família de origem o direito à ampla defesa com representação por defensores públicos ou advogados dativos. A ação de caráter definitivo, pressupõe, também, a construção de vinculações significativas e de aceitação mútua, em um processo contínuo de criação de vínculos

afetivos, de confiança e pertencimento. Todo o processo, desde a escolha até o regime de convivência, deve ser acompanhado e orientado pela equipe Interprofissional da Justiça da Infância e Juventude, muitas vezes auxiliada por grupos de apoio à adoção. A Adoção deve ser centrada nos interesses e direitos da criança ou adolescente que, sem família ou, com a família afastada.” parágrafo único do art. 25 desta Lei. Lei 12.010.(BRASIL, 1991)

No caso dos adolescentes, que em sua maioria não há possibilidades de voltar a sua família e tem abaixo de 15 anos são inseridos em um aplicativo o A.DOTE, onde podem ser adotados com a adoção tardia, que seria quando a criança ou adolescente adotado já possui um desenvolvimento parcial referente a sua autonomia e sua interação com o mundo, que inclusive são procurados por ser uma forma mais fácil de adotar uma criança/adolescente, pois são os menos procurados no fórum, que geralmente demora muito para ter a oportunidade de adoção, sendo anos esperando as crianças ou bebês.

Já os maiores de 15 anos ficam na unidade até completarem os 18 anos e a partir daí seguem suas vidas, é claro que com um acompanhamento especial dos técnicos da unidade, que ficam em torno de 6 meses sondando os jovens que estão seguindo sua vida fora da unidade. Os assistentes sociais devem ajudar esses adolescentes a viver de forma independente e conciliar determinadas regras básicas para assegurar o convívio entre a comunidade em que ele será introduzido, oferecendo sempre o apoio e a orientação que o mesmo necessita de forma a garantir seus direitos e deveres para com a sociedade.

Jovens que estão no processo de deixar os serviços de assistência enfrentam grandes riscos durante a crise da COVID-19. Alguns adolescentes se encontram em vias de abandonar os cuidados alternativos e de passar para uma vida independente ou para o sistema adulto, no momento da pandemia. Estes jovens provavelmente estarão entre os mais afetados pelos impactos a longo prazo, considerando que eles já enfrentam desafios expressivos em acessar oportunidades educacionais e de subsistência, além de ampla marginalização e estigmatização.” (GHIDORSI, 2022)

Em algumas circunstâncias, há jovens que permanecem no serviço até completarem a maioridade civil e deixam o serviço de acolhimento aos 18 anos,

porque não regressaram para suas famílias e não foram adotados. Nestes casos, muitos jovens, necessitam do apoio e da orientação, para alcançarem a autonomia necessária e viverem a entrada na vida adulta com maior segurança e independência. À vista disso, a unidade de acolhimento faz com que os adolescentes façam cursos de jovem aprendiz, eletricista, conferente, entre vários outros que são realizados pelo Senac, Sesi, Senai e outros parceiros da Prefeitura de Paranaguá. Que infelizmente parou de funcionar no início da pandemia, no momento estamos voltando aos poucos, como as escolas.

Em meio a pandemia, nós tivemos poucas crianças abrigadas, devido a paralização das escolas houve um pequeno número denúncias, pois quem reconhecia os abusos e negligencia eram os professores que ficavam grande parte do tempo com as crianças e sempre percebiam as mudanças no comportamento das mesmas e por fim acabavam denunciando ao conselho tutelar. Com a pandemia e as crianças fora da escola, isso ficou muito mais difícil, porém algumas crianças ainda foram acolhidas, com mais cuidado, lembrando sempre de buscar antes de acolhe-la os tios, avós ou irmãos que pudessem ficar com elas, e se caso também houvesse família acolhedora, também a levariam para a mesma.

Com o passar dos meses as coisas se transformaram, foram realizadas várias mudanças nos serviços de acolhimento, principalmente para as crianças e adolescentes. Neste período eles ficaram no abrigo sem sair da casa para nada, foram interrompidas as visitas dos familiares, a escola onde os mesmos tinham ligações com os seus iguais. Pararam de fazer visitas aos parques, as praias, e passeios a cidades próximas. Levando em consideração que a maioria dos abrigados eram adolescentes, foi muito difícil para eles. Estavam acostumados a sempre saírem, ir ao aereo parque, a praia, as cidades vizinhas como Morretes, Antonina e aos eventos que tinha na cidade, então tudo mudou da noite para o dia, a escola parou de funcionar e junto com ela o contato que tinham com amigos e professores, as brincadeiras com seus companheiros, e tudo o que a escola proporcionava.

A pandemia do Covid-19 trouxe inúmeros desafios aos educadores e às crianças e adolescentes acolhidos. A incerteza sobre seu destino e de sua família se agravou, na medida em que os contatos diretos com familiares e

peças de referência foram suspensas. O serviço de Acolhimento Institucional foi instigado a se organizar para lidar com a proteção dos acolhidos e dos educadores. Levando assim várias alterações no convívio com as crianças e adolescentes, sem ter contatos físicos, com o uso de máscaras regularmente, e com o hábito de usar de álcool em gel nas mãos a todo instante. Houve certa insegurança relacionado ao Covid-19, sem saber direito o que esperar, quanto tempo iria durar essa interrupção e como lidar com os abrigados. A morte então começou a ser uma coisa corriqueira na vida de todos, alguns perderam familiares próximos, outros perderam amigos, mas todos nós perdemos alguém ao Corona Vírus.

Convivi com todos os acolhidos e com os funcionários, vivenciei todas as mudanças na rotina, e também o afastamento de pessoas durante este período com um tempo de tensão e de medo que exigiu todos os cuidados especiais. Os funcionários da unidade cujas atribuições extrapolaram os esforços cotidianos, a assistência incluiu várias ações educativas e reparadoras foram instigados e mesmo assim precisaram de apoio para continuarem atendendo e driblando seus próprios receios. Suas vidas também foram modificadas, pois tinham filhos, que da mesma forma que os abrigados estavam sem escola, alguns maridos desempregados, pois a pandemia tirou o serviço de várias pessoas, então estávamos todos apreensivos com a Covid-19

Dispuseram-se então várias estratégias para manter as crianças e adolescentes dentro das unidades sem saídas externas. Acompanhamento das atividades escolares com a educação à distância, desenvolvemos atividades lúdicas e de entretenimento para as crianças e os adolescentes na rotina diária. Mantivemos a distância necessária entre as pessoas nas atividades cotidianas e também preservando uma rotina regular no atendimento. Tivemos que lidar com questões da tensão e manifestações de violência entre acolhidos. Lidamos com adolescentes que não aceitavam ficar no serviço de acolhimento e apresentaram algumas alterações de comportamento, enfrentamos manifestações de pânico, depressão, agitação, automutilação, encaramos as manifestações de sexualidade entre os acolhidos, acompanhamos as questões de saúde e administração de medicamentos, bem como o transporte para hospitais entre outros problemas que a pandemia nos trouxe.

Segundo o projeto político pedagógico da Unidade de Acolhimento:

O trabalho desenvolvido pelo pedagogo na unidade de acolhimento institucional visa inserir a prática da Educação na Perspectiva social. Sob este viés, o pedagogo busca elaborar propostas e estratégias de intervenção, para tentar amenizar os conflitos vivenciados pelas crianças e adolescentes abrigados, propondo condições e ambientes de aprimoramento e formação educativa, através de intervenção dos educadores sociais sob supervisão do pedagogo. As intervenções pedagógicas deverão conhecer a criança e adolescente como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, com pleno respeito às diferenças individuais sem qualquer forma de discriminação seja por sexo, raça, orientação sexual ou situação socioeconômica. Cabe ao pedagogo orientar os educadores e estimular sua autoestima e abordar temas de cidadania como objetivo de desenvolver o senso crítico e promover valores éticos. Todas as crianças e adolescentes deverão ser encaminhados para escola formal próxima a Unidade de Acolhimento Institucional no caso desta impossibilidade deverá estar atestada a limitação para tal, devidamente registrada nas pastas individuais, além de se esgotar as possibilidades de inclusão em ensino especial. Junto ao parecer pedagógico deverá ser anexado o parecer psicológico. As crianças de até 3 anos de idade, que ainda não frequentam a escola formal, deverão ser ministradas atividades pedagógicas compatíveis com a sua idade preservando os espaços para o lazer, brincadeiras, introduzindo aspectos lúdicos, de orientação e preparação ao ingresso na escola formal. O parecer pedagógico deverá ser anexado a pasta individual de cada abrigado, assim como as demais informações que julgarem necessárias. Durante o tempo de permanência na Instituição, no turno inverso ao da escola formal, deverão ser realizadas nas dependências da entidade ou junto aos recursos da comunidade: práticas esportivas, atividades e oficinas diversificadas (música, dança, teatro, culinária, hora do conto o momento de leitura compartilhada), que promovam as potencialidades das crianças e adolescentes. As oficinas deverão ser organizadas de forma sistemática e deverão ser acompanhadas pelo pedagogo. A metodologia utilizada deverá ser diferenciada, não convencional, buscando aprimorar todas as formas de expressão. Oferecer suporte técnico a Educadora do local, acompanhando e orientando os trabalhos desenvolvidos. Preencher e manter atualizada a ficha educacional. Participar das reuniões escolares, anotando as questões mais relevantes que o professor disser em relação à criança e adolescente. Avisar a escola em caso de acolhimento e/ou desacolhimento. (Projeto político pedagógico da unidade de acolhimento Aníbal Roque e Renascer, 2021).

Neste caso então o meu trabalho era estar em contato direto com as escolas fazendo matrículas, analisando o desempenho das crianças e adolescentes. Ia às reuniões que as escolas proporcionavam aos pais, fazia relatórios referentes a cada criança e/ou adolescente e enviava a assistente social para que a mesma enviasse para o MP (Ministério Público), ajudava as crianças nas atividades escolares de casa, verificava o andamento dos mesmos

na parte educativa, ajudava os educadores sociais na organização da rotina escolar da criança e do adolescente, fazia uma lista dos horários e locais onde o carro da prefeitura terá que ir (para que o mesmo dispusesse tempo para atender as crianças e adolescentes da unidade), ajudava nas adoções das crianças e de alguns adolescentes, que no caso houveram 4 adoções tardias, e várias adoções de crianças e bebês, nas matrículas/transferências da família acolhedora, que no caso eu preciso sempre estar junto com as escolas de origem e as escolas de destino da criança, que tem de ser próximo à casa da família acolhedora, também precisava estar presente nas escolas no início do abrigamento, quando as crianças são retiradas do seu convívio familiar, pensando sempre o melhor para cada criança, geralmente elas ficavam na mesma escola, devido sua familiaridade com os seus amigos e professores e raramente as levava para escolas mais próximas ao lar, pois era possível o retorno para sua família de origem e também ajudava no retorno para essas famílias.

Antes de o Estado intervir no núcleo familiar, deverá compreender as particularidades de cada modelo de família, refutando a ideia de “família ideal”, permanecendo, entretanto, sempre atento à preservação dos direitos da criança e do adolescente. Somente em último caso é que os infantes e o jovens serão levados à acolhimento institucional, podendo ter seu vínculo com sua família original excluídos definitivamente. (CASTRO, 2022)

No entanto depois dos dois meses que eu fiquei em casa e voltei a trabalhar dentro das duas unidades. Levando em consideração as minhas funções como pedagoga social, as coisas mudaram bastante. Não tinha mais reuniões escolares devido a pandemia Covid-19, as matrículas que eu teria que realizar nas escolas eram feitas via WhatsApp ou e-mails e o celular virou um acessório indispensável para trabalho, começou, então, as aulas na TV e atividades impressas, no caso este ano foi muito intenso, pois eu não fazia ideia do que esperar com o retorno, sem as aulas, na época, as crianças tinham que fazer as atividades impressas em casa. Neste caso eu tinha que ajuda-las e não sou uma expert em aulas referente ao ensino fundamental II e ensino médio. Tive ajuda dos educadores, então com o decorrer do tempo, as atividades escolares começaram a ser online, tive então que ligar ou as vezes até mesmo ir para as para as escolas para conseguir os CGMs (número de registro escolar)

das crianças e adolescentes para que eles pudessem fazer as atividades. Claro que ainda tive que ajuda-los, porém foi um pouco mais tranquilo, pois tivemos a partir de então as aulas via MEETS, portanto eu mal sabia mexer no aplicativo Google Mee. Encontrei-me, diante disso, num desafio muito maior do que eu mesma esperava. Tive que aprender de forma rápida para poder auxiliá-los da melhor maneira possível. Foi muito complicado, já estou um pouco velha para aprender coisas da tecnologia, porém consegui, e tirei de letra.

Então minha função era ficar de olho nas crianças e adolescentes no Google Meet. Isso levando em consideração que eles, ao invés de quererem assistir as aulas, gostavam mais de jogar, olhar o facebook, instaram dentre outras redes sociais. No final conseguimos fazer um acordo, depois das aulas e das atividades eles poderiam ver as redes sociais, em um tempo limitado, porém satisfatório, ficou então essa combinação.

No final de 2020, em dezembro pra ser mais exata, unimos as duas instituições. Tínhamos na época três adolescentes na Unidade Renascer (lar dos meninos) e uma adolescentes, uma criança e um bebê na Unidade Aníbal Roque (lar das meninas). Ficamos apenas com uma Unidade de Acolhimento, no caso a Aníbal Roque, e como era o mesmo coordenador não tivemos muitas mudanças. Apenas alguns educadores saíram da unidade e foram para outro equipamento, ou seja, setores referentes à Assistência Social. Foram para o CREAS (centro de referência especializado de assistência social), CRAS (centro de referência da assistência social) e CENTRO POP (centro de referência especializado para a população de rua).

Antes da pandemia Covid-19, eu, pedagoga social, visitava as escolas, ajudava as crianças nas tarefas de casa, verificava o andamento dos mesmos, enfim realizava tudo relacionado as escolas. Em meio a pandemia COVID 19, me vi em uma nova tarefa, difícil, porém necessária para a melhor aprendizagem das crianças e adolescentes, as aulas remotas foram um desafio para mim, tendo que me preocupar ainda mais com a presença das crianças e adolescentes nos seus respectivos Meets, e fazendo atividades com as crianças menores, fora reuniões escolares online e todas as outras atividades já prescritas no meu trabalho diário.

De certa forma a parte mais complicada para mim foi ter que participar diariamente do convívio das crianças e adolescentes nas aulas via Meet, pois apesar de eu ter um certo conhecimento em informática, não tinha ainda o domínio necessário para necessário para tal, porém me sai bem. Hoje em dia sou quase uma “expert” no assunto, me encaixei nessa nova incumbência que me foi dada de modo penoso, então percebi que não era tão difícil e complicado como parecia.

Em meados do ano de 2021, as aulas retornaram, e eu retomei então os meus afazeres de pedagoga social, hoje em dia temos mais crianças na unidade, num total de 11 dentre eles adolescentes, crianças e bebês, vou as reuniões, faço matrículas, e todo o resto que eu fazia antes da pandemia, porém com muito mais cuidado, usando máscaras, lavando as mãos mais frequentemente, e utilizando álcool em gel.

5.1- VIDAS QUE ME MUDARAM E VIDAS QUE MUDEI.

Agora faço um breve relato das vidas que cruzaram com a minha vida de pedagoga social, vidas que mudei e vidas que me mudaram.

Diana: A menina tinha 18 meses, chegou na unidade desnutrida. O relato do conselho tutelar foi horrível. Dizia que a mãe jogou a criança pela janela, pois ela chorava demais e que o avô da comida para a infante em uma latinha de sardinha. Apeguei-me muito a essa criança. Ela chorava por tudo, para trocar, para tomar banho e para dormir. Com quase 2 anos a criança não ficava em pé sozinha. A partir daí os educadores foram cuidando dela, até que ela começou a ficar em pé e a caminhar aos poucos. Foi um grande desafio e desenvolvimento desse bebê na unidade, até que ela foi destituída da família e encontrou um lar. Esse foi o caso que mais me chamou a atenção, me cortava o coração ao vê-la.

Cristiano: Quando eu estava na escola, tinha um menino que o diretor dizia ser do lar. Às vezes ele voltava para o pai, então aparecia com hematomas. Seu pai o espancava e ainda assim a juíza o deixava voltar para a casa. Sua mãe não o queria, até que um dia a juíza resolveu destitui-lo. Isso depois de 3 anos entre as idas e voltas a casa do pai. O menino estava com 13 anos quando encontrou uma família que o queria. Ficou com essa família por 3 meses, até

que eles resolveram “devolver” o Cristiano. Desde então a equipe técnica começou a procurar famílias para ele, até que encontrou no A.DOTE (um aplicativo onde podemos empregar e adotar crianças de todo o Brasil). Então o Cristiano encontrou 2 pais, um casal de homossexuais que irá adotá-lo na Bahia.

Liam (2 anos), Natalia (4 anos), Nicolas (5 anos) e Jean (7 anos): quando eu cheguei na unidade de acolhimento, lá estavam esses quatro irmãos. Tinha um outro irmão, o Jorge (13 anos), o mais velho, que sempre fugia do Lar Renascer. Eles foram destituídos do convívio familiar, então foram designados a duas famílias no exterior, mais precisamente na França. Iniciamos a aproximação das crianças para com seus pretendidos pais adotivos via Meett. Fomos ao aeroporto de Curitiba mostrar os aviões que eles iriam viajar. Fomos também, nesse mesmo dia, ao zoológico. Conversamos com eles e até Jorge parecia estar animado, porém fugiu na semana seguinte.

Um dia, na unidade conversando com a Natalia a respeito de morar com os pais, ela diz para a psicóloga que ela poderia ir até a casa dela para visitá-la. Porém eu não poderia, pois ela disse que eu fumo maconha. A risada foi grande entre a psicóloga e eu, então perguntamos como ela sabia que eu fumava maconha, ela disse que me vê lá fora quando ela chega da escola. Resumo: eu fumo cigarro, para ela era maconha. Uma criança de 4 anos, que foi tirada da família, pois sua mãe era viciada.

Rafael: Em 2018 quando eu cheguei na unidade havia uma criança de 7 anos que havia sido deixada pela mãe com os vizinhos. Os vizinhos o levaram para o conselho tutelar e ele foi enviado para o Lar Renascer. No final deste mesmo ano a criança foi encaminhada para sua tia que mora em Santa Catarina. A tia ficou com a criança por alguns meses, então chegou à conclusão que não poderia cuidar do Rafael por conta de sua saúde. Então ele voltou ao lar. Saímos a procura de outra família extensa para a criança e encontramos sua tia avó, que mora em Piraquara, região metropolitana de Curitiba. A criança foi para lá, em 2020, mas acabou voltando para o lar por denúncia de maus tratos. Agora no final do ano de 2021, o menino voltou para a casa de sua tia avó.

Diogo: quando eu voltei em 2020 havia um menino de 13 anos abrigado. Ele morava com a mãe, que era viciada em todos os tipos de droga. Diogo também era usuário, e foi muito complicado para ele ficar no lar. O adolescente tinha crises de abstinência, ele chegava a bater a cabeça nas paredes. No final

do ano de 2020, o pai do menino veio busca-lo e ficou com o menino por uns dois meses. O F.A. (família acolhedora), então, o acolheu para uma família que mora na Colônia Pereira. Diogo continuou estudando no Colégio Estadual Dídio Camargo, que se transformou em Colégio Cívico Militar. Como o Diogo é um menino difícil de lidar, ele acabou aprontando tanto no colégio quanto em casa. Desta forma a família acolhedora resolveu que não queria mais ficar com o adolescente, então aguardamos o seu retorno a unidade.

Maia: quando eu entrei no Aníbal Roque em 2018, conheci uma menina de 11 anos que tinha sido estuprada pelo seu avô. Foi desacolhida em Matinhos com a mãe que mora em Paranaguá, mas veio a ser acolhida novamente, pois a mãe havia dito que não tinha condições de criá-la pois não havia vínculo algum a criança (pois ela não teve contato com a criança desde que a mesma nasceu). A equipe técnica foi então procurar uma família extensa para ela. Encontrou então sua tia, que aceitou ficar com a adolescente. Após alguns meses a tia disse que não queria mais a menina, então a adolescente voltou para a unidade de acolhimento e foi destituída. Encontrou então uma família que a adotou, porém ela não ficou muito tempo com essa família. Logo essa família a devolveu, pois diziam que a mesma não se adaptou a sua rotina. Novamente a garota voltou para o lar, até que colocamos o seu perfil no A.DOTE. No momento a menina conseguiu a tão sonhada família, no final de 2020 ela foi para São Paulo.

Jane: Uma adolescente muito difícil de lidar. Veio da cidade de Rio Branco do Sul, onde residia em um abrigo, pois seu pai havia sido preso por matar um homem. Sua mãe, que morava em Paranaguá com seu padrasto, havia levado a menina a morar com o seu avô. Após um ano com a menina, o avô se mudou para Serro Azul e deixou a adolescente na casa lar em Rio Branco do Sul, dizendo que já era idoso e não tinha como cuidar de uma adolescente. No final de 2017, o abrigo de Rio Branco do Sul pediu que a adolescente viesse para Paranaguá onde sua mãe residia, pois, a única família que ela tinha estaria aqui. A Jane, porém, não queria ficar com sua mãe, pois seu padrasto era agressivo, já havia batido várias vezes nela e em sua mãe, e também tinha tentado abusar sexualmente da mesma.

Já em 2018, ela foi morar com sua mãe e depois de alguns meses acabou retornando para a unidade de acolhimento. Dessa vez dizendo que o seu pai abusou sexualmente de sua irmã, Ariane, de apenas 4 anos e meio, devido a

essa alegação foi então aberto um inquérito para confirmar o relato e a criança foi instituída.

No final de 2019, Jane foi desligada do lar Aníbal Roque e retornou para Rio Branco do Sul, levando em consideração que o seu pai havia sido solto e queria a guarda da infante.

Ariete, Bryan, André e Ryan: Em 2018, foi acolhida pelo conselho tutelar a irmã da Jane, seu relato é que teria sido abusada sexualmente pelo seu pai. Em 2019, a criança foi destituída do poder familiar. Seus irmãos também foram abrigados no início de 2019. Então, saiu a busca de pais adotivos para os irmãos, como eles eram muito ligados entre si, foi difícil encontrar pais que queriam quatro crianças, porém conseguiram encontrar uma família que os adotariam.

Diego: Em 2015, a criança tinha 11 anos e foi acolhida na Unidade Renascer, por negligência, ele vivia na rua. Na época ele tinha o funcionamento intelectual extremamente abaixo da média para a sua idade. Tem uma deficiência intelectual moderada e tinha também comportamentopositor e instabilidade emocional. O Diego desde pequeno foi negligenciado, deixado de lado, ele aprendeu a roubar e sempre furtava pequenas coisas. Até que o conselho tutelar o retirou de sua casa e o levou para a unidade de acolhimento. Ele ficou indo para casa e voltando para o lar durante todos esses anos. Ficava um ou dois meses com o pai e o resto do ano na unidade. Nesse tempo ele fez vários cursos, porém foi complicado encontrar um emprego para ele. Completou 18 anos em 2021, e foi para casa, hoje sempre o vejo na praia.

Jonas: Em 2021, a mãe desse bebe disse que não poderia cuidar dele deixando-o na maternidade. Não foi encontrado nenhum parente que quisesse ficar com a criança, então ele veio para o Lar Aníbal Roque. Como era bebê, rapidamente foi encontrado um casal que o queria, então iniciou a aproximação dentro de 4 dias que a criança estava no lar, então a criança foi adotada.

Izabele: No início de 2020, a criança foi retirada de sua mãe, pois a mesma não queria ficar com ela no hospital. A criança estava com 40 graus de febre e suspeita de dengue. A mãe disse que não ficaria com a Iza internada porque era um saco (palavras da mãe), então o conselho foi na casa onde moravam e percebeu que a criança era negligenciada e sofria maus tratos. Observaram que a criança estava cheia de piolhos, bichos de pé e com várias

feridas nas pernas e na cabeça. A criança tinha apenas 2 anos e foi destituída da mãe, encontrando assim em setembro de 2020 uma família que a adotou.

Julio: Em 2019, o conselho tutelar resgatou o Julio. Um adolescente que estava em situação de abandono. O conselho então procurou os pais e os mesmos não aceitaram o menino de volta. Não encontraram nenhuma família extensa, então ele foi acolhido na unidade. Como em quase todos os casos, o adolescente estava fora da idade escolar. Desta forma foi para o CEEBJA, e fez alguns cursos, jovem aprendiz, conferente de containers, informática, inglês entre outros. O adolescente saiu da unidade como estagiário da prefeitura de Paranaguá.

5.2 - ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS SOBRE A MINHA EXPERIENCIA

O coronavírus tem sido um grande problema que enfrentamos nesse período em que vivemos na sociedade, dessa forma percebi que eu posso me adequar a quaisquer dificuldades que eu possa ter, levando em consideração a todos os problemas que eu tive em relação ao estudo remoto e vivendo a cada dia com os adolescentes e com as crianças. Esse aprendizado me fortaleceu muito, hoje eu posso dizer com toda certeza que eu sou outra pessoa, talvez mais serena e até mais satisfeita comigo mesma, claro que poderia ter sido muito diferente se houvesse um manual de instrução referente a pandemia, algum curso que nos ensinasse como sobreviver a esse tipo de problema, porém avançamos com todo o esforço e energia que pudemos alcançar tivemos, hoje estamos muito mais tranquilos em relação ao Covid-19, a vacina veio e já acalmou muito os ânimos, sem pensar que podemos contrair ou contagiar alguém, porém sempre com cautela ao se deparar com outras pessoas, principalmente as antivasinas.

Entre tantas aprendizagens que a pandemia me permitiu foi o valorizar as pessoas ao meu redor, o carinho e o abraço, que para mim não era tão reconhecido e no momento em que não pude mais ter esse toque, me fez sentir falta, a minha afeição pelas crianças e adolescentes foi mascarada, para que tivéssemos a capacidade de aguentar esse momento triste em que perdemos

peessoas queridas, amigos, pais, avós entre várias outras pessoas que teve sua vida ceifada por esse vírus

O que mais me chamou a atenção em relação a pandemia foi a nossa adaptação em relação aos acontecimentos, apesar da perda de familiares, amigos ainda assim seguimos em frente, contrariamos a dor e demos um passo adiante, sempre pensando no amanhã, ainda mais agora com a vacina tão sonhada e esperada, espero do fundo do meu coração que todo o mundo seja vacinado e que todos fiquem bem e que neste ano possamos tirar as máscaras e nos abraçar pois pior que o vírus é a falta do carinho que temos uns pelos outros e isso sim nos faz sentir pequenos em relação ao mundo.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

GHIDORSI, Gustavo. **A adoção como medida excepcional associada ao real benefício do adotado**. Disponível em: <https://gustavoamprsi.jusbrasil.com.br/artigos/638624492/a-adocao-como-medida-excepcional-associada-ao-real-beneficio-do-adotado>. Acesso: 20 jan. 2022.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2006

CNJ. **CNJ Serviço: o que são medidas socioeducativas?**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-medidas-socioeducativas/>. Acesso em: 23 ago.2021.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente; anotado e interpretado**. Curitiba, SEDS, 2013

CASTRO, Ana Luiza. **O Afastamento da Criança e do Adolescente do Convívio Familiar**. Disponível em: <https://analuizacastro.jusbrasil.com.br/artigos/323121219/o-afastamento-da-crianca-e-do-adolescente-do-convivio-familiar>. Acesso: 20 jan. 2022.

SUAS. **O que é Sistema Único de Assistência Social (Suas)?**. Disponível em: <https://www.filantropia.org/informacao/o-que-e-sistema-unico-de-assistencia-social-suas>. Acesso em 18 set. 2021.

Projeto Político Pedagógico. Unidade de Acolhimento Renascer, Paranaguá, 2021.

SEDES. **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/servico-de-acolhimento-institucional-para-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SEDS. **Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 04 dez. 2021.